



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

**AO SENHOR PREGOEIRO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS
CONTRA AS SECAS - DNOCS**

Carta n.º 0137/2026 – CSG

Ref.: Pregão Eletrônico nº 90002/2026

Assunto: Resposta à diligência – Parecer n.º 55/2026/DA/DRL/AG

Prezado Senhor Pregoeiro,

A empresa **CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, já devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, vem, por meio de seu representante legal, com o máximo respeito e acatamento ao trabalho desta Administração Pública, em atendimento à solicitação de demonstração de exequibilidade da proposta apresentada por esta licitante, no valor mensal de **R\$ 184.982,60** para a prestação de serviços de 24 postos de apoio administrativo, vimos apresentar a nossa metodologia de cálculo atualizada, que comprova a total viabilidade financeira e operacional do preço ofertado, demonstrando uma precificação justa, eficiente e segura para a Administração Pública.

1. Considerações Preliminares: Da Robustez Financeira, Estratégia Comercial e Capacidade Econômica da Licitante Cactos

Antes de adentrarmos na demonstração matemática e pormenorizada dos custos unitários que compõem a nossa Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), faz-se estritamente necessário apresentar à Comissão de Contratação a realidade macroeconômica e contábil da licitante **Cactos**. O objetivo deste tópico inaugural é afastar, de plano, qualquer dúvida quanto à nossa capacidade de honrar a proposta apresentada e executar o contrato com a máxima excelência, sem oferecer qualquer risco de inexecução ou abandono para a Administração Pública.

A precificação ofertada neste certame não é fruto do acaso, de desconhecimento de custos ou de omissões de rubricas. Pelo contrário, ela é o resultado direto de uma **estratégia comercial agressiva, inteligente e altamente competitiva**, que só é possível graças à saúde financeira extremamente privilegiada da nossa empresa.

Para comprovar essa solidez de forma irrefutável, trazemos à baila os dados oficiais do nosso Balanço Patrimonial, encerrado e consolidado em **31/12/2025** (documento devidamente assinado por nosso contador e anexado a esta manifestação), que evidenciam os seguintes



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

pilares da nossa capacidade econômica:

A) Lucros do Exercício e Reservas para Expansão

No ano de 2025, a empresa Cactos apurou um **Lucro Líquido do Exercício no expressivo montante de R\$ 21.196.208,05** (*vinte e um milhões, cento e noventa e seis mil, duzentos e oito reais e cinco centavos*). Em termos práticos, este indicador demonstra que a nossa operação é altamente superavitária e eficiente. Não dependemos de empréstimos bancários onerosos ou de antecipação de recebíveis para honrar nossa folha de pagamento.

Mais importante ainda é o fato de que, dentro do nosso Patrimônio Líquido, os sócios constituíram formalmente uma **Reserva de Lucros para Expansão no valor exato de R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais). Do ponto de vista gerencial, isso significa que a empresa reteve esse capital de forma deliberada com um único objetivo: financiar o crescimento do negócio e assumir novos contratos com total segurança. É exatamente esta reserva milionária que nos garante o capital de giro próprio para arcar com todos os custos de implantação deste contrato (uniformes, exames, primeiros salários e encargos), independentemente do prazo de ateste e pagamento da primeira fatura por parte deste Órgão.

B) Saldo Milionário de Tributos a Recuperar

Somando-se à nossa lucratividade, a Cactos possui um gigantesco "colchão financeiro" junto aos fiscos federal e municipal. Conforme o balanço de 2025, detemos os seguintes créditos líquidos e certos a título de **Tributos a Recuperar**:

IRRF a Recuperar: R\$ 1.965.698,39

PIS a Recuperar: R\$ 24.363,70

COFINS a Recuperar: R\$ 103.705,60

CSLL a Recuperar: R\$ 1.311.090,70

INSS a Recuperar: R\$ 4.202.811,52

ISS a Recuperar: R\$ 4.075.007,33

TOTAL DE CRÉDITOS A RECUPERAR: R\$ 11.682.677,24 (onze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

A existência desse montante superior a R\$ 11,6 milhões em créditos tributários confere à empresa uma capacidade de fluxo de caixa e de compensação de obrigações (via sistema PER/DCOMP da Receita Federal) que pouquíssimas empresas do setor possuem. Como demonstraremos nos tópicos seguintes, é esse saldo que garante que as retenções na fonte (como IRPJ e CSLL) não afetem em absolutamente nada a nossa liquidez diária.



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

C) Do Risco do Negócio Assumido pela Licitante

É amparada por essa retaguarda financeira superavitária (Lucros + Reservas + Créditos Tributários) que a licitante Cactus pôde reduzir sua margem de lucro imediata neste contrato específico, repassando a nossa eficiência administrativa em forma de economia para os cofres públicos.

Ademais, declaramos formalmente que a formulação da nossa proposta está intrinsecamente ligada ao princípio do **risco do negócio** (ou risco de empresa). Temos plena ciência de nossas responsabilidades e garantimos que quaisquer eventuais desajustes de preços, flutuações de mercado ou pequenas variações de custos operacionais que possam ocorrer entre a presente proposta e a efetiva execução do contrato serão integralmente absorvidos pela empresa.

Em suma, a Administração Pública pode ter a mais absoluta tranquilidade e segurança jurídica ao aceitar nossa proposta. O nosso lastro financeiro atua como uma garantia real de que a empresa jamais abandonará o contrato, tampouco pleiteará reequilíbrios econômico-financeiros infundados. Feitas estas considerações iniciais que atestam a nossa inquestionável capacidade econômica, passamos agora à demonstração matemática da exequibilidade dos custos unitários.

2. Da cobertura integral dos custos diretos, indiretos e provisões

A nossa proposta foi elaborada respeitando rigorosamente a Convenção Coletiva de Trabalho e todas as obrigações legais, sem suprimir nenhuma rubrica. Conforme demonstrado em nossa Planilha de Custos e Formação de Preços (em anexo), o custo individual por posto de trabalho é composto detalhadamente por:

Módulo 1 - Remuneração: R\$ 3.675,36

Módulo 2 - Encargos e Benefícios: R\$ 3.093,89

Módulo 3 - Provisão para Rescisão: R\$ 144,18

Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente: R\$ 45,35

Módulo 5 - Insumos Diversos (Uniformes): R\$ 40,04

Custos Indiretos (0,30%): R\$ 21,00

Lucro (0,30%): R\$ 21,06

Custo Total por Posto (antes dos tributos sobre faturamento): R\$ 7.040,90

O valor de venda ofertado por posto é de **R\$ 7.707,61** ($R\$ 184.982,60 \div 24$). Deduzindo-se os tributos incidentes sobre o faturamento (PIS 0,65%, COFINS 3% e ISS 5%, totalizando



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

8,65%, o que equivale a R\$ 666,71), obtemos uma **Receita Líquida de R\$ 7.040,90 por posto.**

Como a Receita Líquida (R\$ 7.040,90) é o valor estritamente suficiente para cobrir o Custo Total (R\$ 7.040,90), resta matematicamente comprovado que a proposta é 100% exequível. A precificação foi realizada com precisão absoluta, garantindo o pagamento de todas as obrigações trabalhistas, provisões, insumos e o lucro da empresa, sem onerar os cofres públicos com margens excessivas.

3. Da Dinâmica das Retenções na Fonte, Impacto no Fluxo de Caixa e a Inquestionável Exequibilidade da Proposta

Avançando na demonstração de viabilidade da nossa proposta, faz-se necessário abordar a mecânica das retenções tributárias e previdenciárias na fonte, estabelecidas pela legislação vigente. É de conhecimento desta licitante que o valor bruto mensal da proposta (R\$ 184.982,60) não será integralmente depositado em nossa conta bancária, uma vez que a Administração Pública atua como substituta tributária, retendo e recolhendo os impostos diretamente aos cofres competentes.

Para fins de total transparência e demonstração de domínio sobre os custos do contrato, apresentamos abaixo o espelho exato das retenções que incidirão mensalmente sobre o nosso faturamento, considerando o regime de Lucro Presumido e a natureza dos serviços (apoio administrativo em Fortaleza/CE):

Faturamento Bruto Mensal: R\$ 184.982,60

Retenção de IRPJ (4,80%): R\$ 8.879,16 (Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012)

Retenção de CSLL (1,00%): R\$ 1.849,83 (Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012)

Retenção de COFINS (3,00%): R\$ 5.549,48 (Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012)

Retenção de PIS/PASEP (0,65%): R\$ 1.202,39 (Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012)

Retenção de ISS (5,00%): R\$ 9.249,13 (Lei Complementar 116/2003 e legislação municipal)

Retenção de INSS (11,00%): R\$ 20.348,09 (Lei nº 8.212/91)

Total de Retenções na Fonte (25,45%): R\$ 47.078,08

Valor Líquido a Receber (Fluxo de Caixa de Entrada): R\$ 137.904,52

À primeira vista, uma análise superficial poderia sugerir que o recebimento líquido de R\$ 137.904,52 seria insuficiente para cobrir a totalidade da folha de pagamento e provisões dos



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

24 postos de trabalho. Contudo, a ciência contábil e a nossa robusta estrutura financeira provam exatamente o contrário. A proposta é perfeitamente exequível pelos seguintes motivos:

A) A Natureza das Retenções (Efeito "Soma Zero" no Caixa)

É fundamental compreender que os R\$ 47.078,08 retidos pelo Órgão não representam um "prejuízo" ou um custo extra para a empresa. Trata-se de uma mera antecipação de obrigações. Os tributos sobre o faturamento (PIS, COFINS e ISS), que somam 8,65%, já estão rigorosamente previstos e precificados na nossa Planilha de Custos. O fato de o Órgão reter esses valores significa, na prática, que a empresa não precisará desembolsar dinheiro do seu caixa para pagar as guias (DARF e DAM) no mês seguinte. O mesmo ocorre com os 11% do INSS, que servem para abater a guia da previdência social da folha de pagamento. O efeito no fluxo de caixa global da empresa é neutro.

B) A Retenção de IRPJ/CSLL e a Compensação via PER/DCOMP

Conforme a Súmula 254 do TCU, o IRPJ e a CSLL (que somam 5,8% ou R\$ 10.728,99 mensais) não compõem a planilha de custos, pois incidem sobre o lucro. A retenção desses valores na fonte poderia, em tese, reduzir a liquidez imediata de uma empresa de pequeno porte. No entanto, conforme amplamente demonstrado no Tópico 1 desta defesa, a **Cactos possui mais de R\$ 11,6 milhões em tributos a recuperar** (incluindo milhões em IRPJ e CSLL). Dessa forma, a empresa utiliza o sistema PER/DCOMP da Receita Federal para compensar suas obrigações tributárias correntes. O dinheiro que deixa de entrar pela retenção na nota fiscal é compensado pela desobrigação de pagar outros tributos federais com recursos do caixa, mantendo a liquidez da empresa intacta.

C) A Garantia do Capital de Giro Próprio

Por fim, eventuais descasamentos temporais de fluxo de caixa — comuns na prestação de serviços contínuos — são facilmente absorvidos pela nossa **Reserva de Lucros para Expansão, no valor de R\$ 10.000.000,00** (dez milhões de reais), devidamente registrada em nosso Balanço Patrimonial. Temos capital de giro próprio e imediato para honrar 100% dos salários, benefícios, insumos e encargos dos trabalhadores, independentemente do valor líquido repassado na fatura mensal.

Diante de todo o exposto, resta matematicamente e contabilmente provado que as retenções na fonte, nos percentuais estabelecidos pela legislação vigente, não afetam em absoluto a exequibilidade da nossa proposta. A operação da licitante Cactos é blindada por um



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

planejamento tributário eficiente e por uma reserva de capital que garanta a prestação ininterrupta e impecável dos serviços à Administração Pública.

4. Da quitação de obrigações via compensação cruzada (PER/DCOMP) e a garantia absoluta de exequibilidade

Para encerrar a presente demonstração de exequibilidade e afastar qualquer resquício de dúvida por parte desta ilustre Comissão de Contratação, é imperioso detalhar como a licitante Cactos equaciona a diferença matemática entre o valor que é retido na fonte pelo Órgão Contratante e o efetivo valor global que a empresa tem o dever de recolher aos cofres públicos mensalmente.

Como demonstrado no tópico anterior, a Administração Pública fará a retenção de um percentual da nossa nota fiscal. Contudo, a folha de pagamento de uma empresa de terceirização de mão de obra gera outras diversas obrigações tributárias e previdenciárias globais que, muitas vezes, ultrapassam o valor que foi retido na fonte daquele contrato específico. Em uma empresa comum, sem lastro financeiro, essa diferença teria que sair do saldo bancário, o que poderia asfixiar o fluxo de caixa e colocar em risco o pagamento dos salários dos trabalhadores.

No entanto, a realidade da empresa Cactos é diametralmente oposta, graças à moderna sistemática da Compensação Cruzada, regulamentada pela Receita Federal do Brasil e operada por meio do sistema PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação) integrado à DCTFWeb.

Como já exaustivamente comprovado, possuímos um saldo credor superior a R\$ 11,6 milhões em tributos a recuperar (abrangendo IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e INSS). Através da Compensação Cruzada, a legislação permite que a nossa empresa utilize créditos de tributos federais (como o nosso saldo de R\$ 1,9 milhão de IRPJ ou R\$ 1,3 milhão de CSLL) para quitar débitos de natureza previdenciária (INSS patronal e dos empregados), e vice-versa.

Na prática operacional e contábil, isso significa que toda e qualquer diferença entre o valor retido na fonte pelo tomador do serviço e o imposto efetivamente devido pela empresa no final do mês é integralmente quitada por meio dessas compensações eletrônicas.

A empresa Cactos não realiza desembolso financeiro (saída de dinheiro do banco) para pagar guias de impostos federais ou previdenciários. Nós utilizamos o nosso saldo milionário de créditos reconhecidos pelo Fisco como "moeda de troca" para zerar as nossas obrigações



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

mensais. Para tanto foi anexa a última DCTFWeb emitida pela licitante que pode corroborar com os fatos em arguição.

O resultado dessa engenharia tributária legal e transparente é que 100% do valor líquido que a Administração Pública deposita na conta bancária da Cactos (os R\$ 137.904,52 mensais) fica livre e desimpedido para ser utilizado exclusivamente na sua finalidade principal: o pagamento rigoroso e pontual dos salários, benefícios (vale-alimentação, vale-transporte), insumos e encargos dos 24 profissionais alocados neste contrato.

5. Da base legal jurisprudencial

Após a detalhada comprovação da exequibilidade da proposta desta licitante - que, por seu turno, realizou a comprovação da viabilidade da proposta por meio da realidade fática, econômica e tributária - cumpre destacar algumas jurisprudências que corroboram com as arguições desta diligenciada, a saber:

Da Inexequibilidade da Proposta

No que tange à análise de propostas supostamente inexequíveis, a jurisprudência do TCU é clara ao proteger a vantajosidade para a Administração Pública, conforme dispõe o **Acórdão 330/2012-Plenário - Relator(a) Ministro(a) Valmir Campelo**:

“6. No que se refere à suposta inexequibilidade da proposta vencedora, [...], são necessários elementos que comprovem solidamente a incapacidade da empresa para dar cumprimento ao serviço contratado. A mera alegação de que os percentuais a serem eventualmente pagos a título de IRPJ e CSLL seriam supostamente superiores às despesas indiretas não implicam em incapacidade para pagamento dos citados tributos.”

Do Risco do Negócio

Acerca de eventual custo planilhado a menor, a jurisprudência é cristalina em atribuir isso como risco inerente ao negócio, conforme dispõe o **Acórdão 1.186/2017-Plenário - Relator(a) Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti**:

“9.7.18. (...) uma vez que restou demonstrado que essa parcela não deve ser paga pela Administração e que, se ela planilhou esse custo a menor em planilha de preço (em sua proposta que foi declarada vencedora do certame), tal fato deve ser considerado como risco inerente ao negócio, impactando positivamente ou negativamente



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

sobre o seu lucro.”

Da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022

É importante destacar que a exequibilidade deve observar o conjunto da proposta, e não apenas elementos isolados. No presente caso, verifica-se que todos os custos trabalhistas e previdenciários foram integralmente considerados, os tributos incidentes estão corretamente dimensionados e não há omissão de despesas obrigatórias.

Adicionalmente, o preço global apresentado encontra-se **abaixo do valor estimado pela Administração**, sem, contudo, comprometer a cobertura dos custos operacionais, o que evidencia ganho de eficiência, e não inexecuibilidade.

Ressalta-se que a análise de exequibilidade deve se pautar em elementos concretos e objetivos, não sendo admissível sua rejeição com base em presunções abstratas ou parâmetros genéricos desvinculados da realidade da empresa licitante.

Nesta senda, cumpre destacar preponderante INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 que em seu artigo 34 dispõe que, *ipsis litteris*:

“Art. 34. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

Parágrafo único. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, quando o substituir, que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.”

Ou seja, a proposta desta licitante representa **85,62% do valor estimado pela Administração**, afastando de plano qualquer presunção de preço inexequível nos termos da referida IN.

Pelo contrário, a própria norma dispõe acerca dos casos em que a inexecuibilidade pode ser considerada: quando o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta – o que não é o caso, conforme demonstrado matematicamente no Tópico 2; e quando inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. Conforme exhaustivamente tratado, a



CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA

proposta da licitante está plenamente ancorada em custos de oportunidade (créditos tributários e reservas de expansão) que justificam plenamente o preço ofertado.

Dessa forma, não resta margem para quaisquer suscitações de dúvida acerca da exequibilidade da proposta desta licitante, consoante entendimento corroborados pelos subitens 7.8 a 7.9.2. do Edital.

6. CONCLUSÃO E PEDIDO

Diante de todo o exposto, considerando o princípio do formalismo moderado, a busca pela proposta mais vantajosa, requer-se o reconhecimento da plena exequibilidade da proposta, com seu regular prosseguimento nas demais fases do certame.

Colocamo-nos à inteira disposição.

Belém/PA, 26 de maio de 2026.


CACTOS SERVIÇOS GERAIS EIRELI EPP
CNPJ: 07.546.074/0001-77
Débora Helena Vieira de Oliveira
Proprietária
CPF: 040.559.332-58

Assinatura e carimbo
DÉBORA HELENA VIEIRA DE OLIVEIRA
Representante Legal
CACTOS SERVIÇOS GERAIS LTDA
CNPJ nº 07.546.074/0001-77